



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### **Ata n.º 98 / XIII / 3.ª SL**

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2017, pelas quatorze horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados-Coordenadores, com a seguinte,

#### **Ordem do Dia:**

**Audiência dos membros da Comissão dos Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política do Conselho das Comunidades Portuguesas.**

---

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Gonçalves**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Conselheiros da Comissão dos Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política do Conselho das Comunidades Portuguesas, fazendo uma alocação inicial.

Em seguida, deu a palavra ao Conselheiro José Duarte Alves, na qualidade de presidente da Comissão, para fazer a sua exposição. Este agradeceu o facto de ser recebido pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) e fez a apresentação dos restantes membros. Fez referência às reuniões que teve com os diversos Grupos Parlamentares, trazendo agora ao conhecimento da CNECP, as preocupações das Comunidades Portuguesas.

Deu a palavra ao Conselheiro Paulo Martins, para esclarecer quais as principais preocupações, sendo elas, o voto eletrónico, o recenseamento eleitoral e o atendimento consular. Procuram perceber qual é a sensibilidade da CNECP sobre os problemas sentidos pelas Comunidades, propondo como solução a possibilidade de recenseamento automático através do cartão de cidadão para as eleições legislativas, demonstrando também interesse no recenseamento para as eleições autárquicas. Referiu, por último, ser esta a oportunidade para estas soluções serem consideradas, uma vez que, está a ser ponderada a revisão da Lei Eleitoral - tendo sido já aprovada a criação de um Grupo de Trabalho – e pôs o foco essencial no voto eletrónico.



Terminada a intervenção dos Conselheiros, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Páscoa** (PSD), o qual começou por agradecer a presença dos Conselheiros, dando nota sobre o facto de não ter recebido, até ao momento, informação da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, sobre os temas trazidos pelos Conselheiros. Demonstrou a total disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para discutir as questões trazidas pelos Conselheiros e encontrar soluções. Concorda com a constatação de que voto pelo correio, é meio obsoleto e que o voto eletrónico pode ser uma solução a considerar. Não obstante, é necessário encontrar um meio idóneo para concretizar o voto eletrónico pois coloca problemas quanto à fidedignidade. Considera que, na falha da receção do voto pelo correio, essa falha deve ser suprida através de voto presencial nos postos consulares. Mas é essencial iniciar este processo, fazendo a revisão e atualização dos cadernos eleitorais. Deixou, por fim, uma palavra crítica sobre os tempos de espera muito dilatados no atendimento consular.

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco**, para dar as boas vindas aos Conselheiros, reiterando o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelos conselheiros pois permite aos Deputados perceberem as necessidades sentidas no terreno. Considera o voto eletrónico a solução mais adequada ao exercício do direito de voto pelos Portugueses residentes no estrangeiro. Não obstante, lembrou que se trata de uma solução que apresenta desafios logísticos e técnicos os quais, sendo ultrapassados, podem tornar o voto eletrónico a solução para aumentar a participação eleitoral dos cidadãos, sendo este um dos objetivos do programa eleitoral do seu Grupo Parlamentar. Nessa medida, o voto eletrónico é uma solução que deve ser discutida e aprofundada, tal como aconteceu, num seminário que teve lugar, recentemente, na Assembleia da República. Lembrou, ainda, os desafios enfrentados, ao nível da Cibersegurança e do sigilo, referindo que a França abandonou esta solução, mas a Estónia conseguiu implementar o voto eletrónico com sucesso. A Suíça constitui outro exemplo, de como é possível aplicar esta solução, permitindo aos cidadãos que residem no seu território e, fora dele, exercerem o seu direito de voto através deste meio. Terminou este rol, referindo também o exemplo positivo da Noruega e o Projeto de Lei do Grupo Parlamentar do PSD. Sobre a possibilidade de os cidadãos Portugueses, residentes fora do território nacional, participarem no sufrágio relativo ao poder autárquico, referiu ser seu entendimento que essa possibilidade deve ser alvo de parecer associações nacionais de municípios e freguesias.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Por fim, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz**, a qual iniciou a sua intervenção cumprimentando os Conselheiros presentes e o órgão do qual fazem parte, em seu nome e do seu Grupo Parlamentar. Enfatizou o quanto valorizam o seu trabalho e sublinhou o trabalho de cooperação existente. Referiu as dificuldades vividas relativamente ao atendimento consular, considerando os esforços desenvolvidos pelo atual Governo, ainda insuficientes, para dar resposta às múltiplas solicitações. Entende que a solução para este problema deve passar pelo recrutamento, mas também, pela valorização das carreiras dos trabalhadores e das condições logísticas dos consulados. O voto eletrónico é uma matéria que não recai nas atribuições da CNECP mas sim, nas atribuições da 1.ª Comissão, razão pela qual, foi criado um grupo de trabalho no seio daquela para discutir e aprovar na especialidade a revisão da Lei Eleitoral. Sobre o recenseamento eletrónico, o seu Grupo Parlamentar discorda dessa opção por razões constitucionais, considerando, não obstante, que o procedimento de recenseamento deve ser facilitado. Explicitou que o primado constitucional deve ser respeitado, devendo ser demonstrada uma vontade expressa em efetuar o recenseamento, por parte do cidadão. Sobre o voto eletrónico, referiu que o seu Grupo Parlamentar discorda da existência de um voto não presencial, por entender que esse meio apresenta diversas fragilidades, tais como, a não salvaguarda do livre arbítrio do eleitor. Terminou, assegurando que estes assuntos são acompanhados com toda a atenção, estando o seu Grupo Parlamentar aberto a propostas.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada, o Senhor **Vice-Presidente da Mesa**, tomou a palavra para si próprio, para referir que, embora a revisão da Lei Eleitoral não seja uma atribuição da CNECP, os Deputados eleitos pelos círculos da emigração darão contributos para a sua redação. Considera que o processo relativo aos eleitorais, nos quais os cidadãos fora do território nacional participam, devem ser uniformizados. Quanto ao recenseamento automático concorda com os obstáculos referidos pelo Grupo Parlamentar do PCP. Não obstante, concorda que o voto eletrónico é uma solução que deve ser ponderada e aprofundada.

Terminada a sua intervenção, deu a palavra aos Conselheiros para finalizarem a sua intervenção. Foi sublinhado o agradecimento dos Conselheiros pela atenção e apoio dados às questões trazidas pelas Comunidades, constituindo a participação eleitoral um meio, a juntar aos demais existentes, de reforço do sentimento de pertença a Portugal.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Seja essa participação eleitoral efetuada, pela via presencial ou eletrónica, importante é que as dúvidas e obstáculos existentes sejam ultrapassados, sendo necessário tomar opções políticas para tanto. Por fim, sendo este o momento em que o Orçamento de Estado para 2018 vai ser discutido e aprovado pela Assembleia da República, deixam uma nota para a necessidade de aumentar a autonomia financeira do Conselho das Comunidades para que este possa prosseguir as suas atribuições com a dignidade que se impõe, referindo terem já enviado uma proposta de reforço das verbas existentes, para o ano de 2018, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas quinze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 20 de outubro de 2017,

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves  
Paulo Pisco  
Carla Cruz  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Joana Lima

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 24/10/2017.**